

Reflexiones sobre la gestión por competencias en el sector público brasileño a la luz del requisito de contratación de nuevos servidores a través de licitación pública

Leonardo Antonio Siervo da Motta,
Universidade UNIGRANRIO

Josir Simeone Gomes
Universidade UNIGRANRIO – PPGA

Susana Iglesias Webering
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar

El presente ensayo teórico tiene la finalidad de discutir la implantación de la gestión por competencia en las organizaciones públicas brasileñas, considerando que el concurso público es la principal forma de reclutamiento en la gestión pública. Se trata, en su mayoría, de estudiantes recién graduados y que por esa razón, normalmente, poseen poca experiencia profesional. El hecho de haber sido aprobado en un concurso público, no significa que el nuevo servidor esté listo para ocupar ciertas funciones en el área pública, sobre todo las de gestor, que demandan, además de competencias técnicas, conocimientos gerenciales. Para ello, la reflexión se basará en referencial teórico ligado al tema, así como en estudios gubernamentales. En el contexto de un contexto en el que se exige la prestación de un servicio público eficiente, el estudio percibe que la implantación de modelos de gestión de competencias, puede auxiliar en el desarrollo de los servidores recién aprobados en los concursos públicos, así como desarrollar habilidades en la actual fuerza de trabajo.

Palabras-clave

Administración Pública. Gestión por competencias. Tierno. Las habilidades

REFERENCIAS

Barney, J. B. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v.17, n. 1, p. 99-120.

Capuano, E. A. (2015). Gestão por competências no setor público: experiências de países avançados e lições para o Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, vol. 66, pp-371-394, jul/set.

Cardoso Júnior, J.C. (2011). **Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, Série Diálogos para o Desenvolvimento – Volume 5.

Costa, F. L. & Costa, E. M. L. (2016). Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista Administração Pública**, vol. 50, pp. 215-236, mar. /abr.

Dejours, C. (2012). **Trabalho Vivo II: trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15.

Demo, G.; Fernandes, T. & Fogaça, N. (2017). A influência dos valores organizacionais na percepção de políticas e práticas de gestão de pessoas. **REAd**, Porto Alegre – Edição 86, n.1, pp.89 – 117, janeiro / abril.

Denhardt, R. B & Denhardt, J. V. (2000). The New Public Service: Serving Rather than Steering. **Public Administration Review**, 60, 6, pp. 449-549.

Durand, T. (1998). **Forms of incompetence**. In: International Conference on Competence-Based Management, 4, 1998, Oslo. Proceedings, Oslo: Norwegian School of Management.

Fleury, M. T. L.& Fleury, A. (2004). Alinhando estratégias e competências. **Revista de Administração de Empresas - RAE**. São Paulo, v. 44, n. 1, jan/mar.

Furtado, L.M.G.P. & Kopp, J.A.M. (2016). **Pre-entry Motivation and Organizational Commitment in the Public Sector: the contingent role of Newcomers` Post-entry Work Experiences**. XL Encontro da ANPAD, 25 a 28 de setembro.

Lara, R.D.& Gosling, M.S. (2016). Um modelo de gestão do relacionamento entre os cidadãos e a administração pública. **REAd**, Porto Alegre – Edição 84 – nº 2, pp. 333 – 364, maio/ agosto.

Leal, F.G.; Silva, A.C.F.& Dalmau, M.B.L. (2014). Análise das Avaliações dos Concursos Públicos Realizados pelas IFES para o cargo de Secretário-Executivo sob a Ótica da Gestão por Competência. **Revista de Ciências da Administração**. v. 16, n.40, pp. 191-207, dezembro.

LeBOTERF G. (1995). De la compétence. France: **Editions d'Organisations**.

Leme, R. (2014). **Gestão por competências no setor público**. Qualymark Editora.

Motta, P.R. (2007). A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos. **Revista de Administração Pública**. Edição Especial Comemorativa, 1967-2007.

Prahalad, C. K.; Hamel, G. (1990). The core competence of the Corporation. **Harvard Business Review**, v. 68, n.3, pp. 79-91.

Programa Gespública. (2014). **Instrumento para Avaliação da Gestão Pública**, Brasília, MP, v. 1/2014, SEGEP.

Ribeiro, L.C.& Rodriguez, M.V.R. (2016). Informal social network and technical knowledge transfer in R&D. **REAd** – Porto Alegre – Edição 85, n.3, pp. 280-311, setembro / dezembro.

Silva, F.M.; Mello, S.P.T. & Torres, I.A.C. (2013). O que se discute sobre gestão por competências no setor público: um estudo preliminar das construções. **Revista de Administração UFSM**, 6 (4), pp. 685-693.

Silva, R.P. (2013). **Instituto do concurso público na constituição federal de 1934**. São Paulo.

SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Governo Federal. (2018). **Orçamentos da União exercício financeiro 2018: projeto de lei orçamentária** – Brasília. Retrieved from <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/orcamento-anual-de-2018#LOA>.

Vasconcelos, F. C. & Cyrino, A. B. (2000). Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n.4, p. 20-37, out/dez.

Webering, S. I. (2014). **Autogestão e cooperação em uma perspectiva cooperativista e sistêmica: O contexto cooperativo espanhol e brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Zarifian, P. (2001). **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas.